



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)





EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-852-6

DOI 10.22533/at.ed.526210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NARRATIVAS DE MIGRANTES: EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO “NÃO ESCOLAR”

Zulmira Ferreira de Jesus Cacemiro

Valdilene Zanette Nunes

DOI 10.22533/at.ed.5262108031

CAPÍTULO 2..... 18

UMA ABORDAGEM DO PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Suely Cristina Soares da Gama

Kleide Ferreira de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.5262108032

CAPÍTULO 3..... 33

A ATUAÇÃO DA BUROCRACIA DE MÉDIO DE ESCALÃO NA CONSECUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Andreza dos Santos Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5262108033

CAPÍTULO 4..... 56

CBAI E OS AGENTES DO ENSINO INDUSTRIAL (1946 A 1963)

Nívea Maria Teixeira Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.5262108034

CAPÍTULO 5..... 69

COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO: INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

DOI 10.22533/at.ed.5262108035

CAPÍTULO 6..... 77

DA DOCILIZAÇÃO À MIMESE: AS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO À CONCEPÇÃO NEUROLÓGICA DA MODERNIDADE À ECONOMIA 4.0

José Rodrigo Paprotzki Veloso

DOI 10.22533/at.ed.5262108036

CAPÍTULO 7..... 90

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DIÁLOGICO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS

Pedro Raimundo Mathias de Miranda

José Moysés Alves

DOI 10.22533/at.ed.5262108037

CAPÍTULO 8..... 101

“COISA DE MENINO, COISA DE MENINA”: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO BASE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fábio Peron Carballo

DOI 10.22533/at.ed.5262108038

CAPÍTULO 9..... 116

MULHERES, FORÇAS ARMADAS E GÊNERO: BREVES NOTAS SOBRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Rafael Normando Miranda Morais

André Luiz Machado das Neves

Juliana Maria Duarte Marques

DOI 10.22533/at.ed.5262108039

CAPÍTULO 10..... 131

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: ESTUDO COM GESTORAS DAS GERAÇÕES *BABY BOOMERS*, X E Y

Marlene Catarina de Oliveiras Lopes Melo

Vilma Santos Pereira de Faria

Ana Lúcia Magri Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52621080310

CAPÍTULO 11..... 149

A SEXUALIDADE DE CORPOS INVISIBILIZADOS PELAS REPRESENTAÇÕES MÉDICAS: COMO PROMOVER A SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DIANTE DESSE CONTEXTO?

Beatriz Silva Matos

Luana Ferreira Botelho

Preciliana Barreto de Moraes

Rosendo Freitas de Amorim

Amanda Sousa Felix

Breno Igor Medeiros Freitas

Bruna Maria Costa Gomes

Luany de Queiroz da Silva

Antônio Fábio Macedo de Sousa

Clara da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.52621080311

CAPÍTULO 12..... 159

HOMOSSEXUALIDADE: DAS RAÍZES PRÉ-HISTÓRICAS ÀS NOVAS LUTAS IDENTITÁRIAS DE RECONHECIMENTO

Lucas Ramos Ruas

Maria de Fátima Araújo Di Gregório

DOI 10.22533/at.ed.52621080312

CAPÍTULO 13.....	166
RELIGIÃO E GÊNERO: UM BREVE RELATO DA RELAÇÃO ENTRE ESTES MARCADORES NA HISTÓRIA	
Ana Margareth Manique de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.52621080313	
CAPÍTULO 14.....	177
ACONSELHAMENTO PRÉ-NUPCIAL: UMA PROPOSTA PASTORAL SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL ÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Samuel Sanches	
DOI 10.22533/at.ed.52621080314	
CAPÍTULO 15.....	184
A ICONOCLASTIA DA RELIGIÃO OCIDENTAL: UM PARADOXO DO IMAGINÁRIO SEGUNDO GILBERT DURAND	
Carlos André Macêdo Cavalcanti	
José Herculano Filho	
DOI 10.22533/at.ed.52621080315	
CAPÍTULO 16.....	192
A EDUCAÇÃO CRISTÃ SEGUNDO A ENCÍCLICA <i>DIVINI ILLIUS MAGISTRI</i>	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.52621080316	
CAPÍTULO 17.....	205
CORRELAÇÕES ENTRE MODELAGEM CONTEMPORÂNEA E AS TÉCNICAS DE TRICÔ PARA O VESTUÁRIO FEMININO	
Ana Paula Dias	
Isamara Freire	
DOI 10.22533/at.ed.52621080317	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	215
ÍNDICE REMISSIVO.....	216

CAPÍTULO 4

CBAI E OS AGENTES DO ENSINO INDUSTRIAL (1946 A 1963)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Nívea Maria Teixeira Ramos

Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6505384990594360>

José Geraldo Pedrosa

Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais
Divinópolis – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7103107947957772>

RESUMO: Este artigo focaliza os agentes que atuaram na direção da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI durante o período de sua vigência. A CBAI foi um programa de cooperação educacional entre Brasil e EUA que existiu no período de 1946 a 1963 sob a responsabilidade do Ministério da Educação por meio da Diretoria do Ensino Industrial. Era mantida por recursos oriundos de contribuição dos governos brasileiro e anglo-americano e operava sob a direção conjunta de um superintendente, que era o Diretor do Ensino Industrial, e um Chefe da Delegação de especialistas anglo-americanos. A CBAI promoveu cursos de aperfeiçoamento para professores, no Brasil e nos EUA, traduziu livros e possuía uma editoração que assegurou a disseminação das ideias, ações e propósitos deste órgão, em especial por intermédio de

boletins mensais da CBAI, que eram destinados a diretores e professores das escolas industriais da rede federal, e que foram utilizados como fonte desta pesquisa. Todas as ações da CBAI que foram colocadas em práticas tiveram como pivô um agente que garantiu sua execução. Desta forma, cabe verificar a questão acerca de quem foram estes agentes que atuaram na direção da CBAI e o que eles representaram? A trajetória deste artigo busca identificar os principais agentes brasileiros envolvidos na direção da CBAI e de que forma eles propiciaram a disseminação de ideias anglo-americanas no Brasil por meio da CBAI.

PALAVRAS-CHAVE: CBAI, Agentes, Ensino industrial.

CBAI AND THE AGENTS OF INDUSTRIAL EDUCATION (1946 TO 1963)

ABSTRACT: This article focuses on the agents who have acted in the direction of the Brazilian-American Committee on Industrial Education - CBAI during the period of its validity. The CBAI was an educational cooperation program between Brazil and the USA that existed in the period from 1946 to 1963 under the responsibility of the Ministry of Education through the industrial education director. It was supported by resources from the Brazilian and Anglo-American governments and operated under the joint direction of a superintendent, who was the Director of Industrial Education, and a Head of Delegation of Anglo-American specialists. The CBAI promoted teacher improvement courses in Brazil and the USA, translated books and had an

own editorial which ensured a dissemination of the sector's ideas, actions and resources, in particular through CBAI monthly bulletins, which are intended for directors and teachers of industrial schools of federal network and that were used as source of this research. All the actions of the CBAI that were put in practices had as pivot an agent that guaranteed its execution. In this way, it is necessary to raise the question: who were these agents that acted in the direction of the CBAI and what did they represented? The trajectory of this article seeks to identify the main Brazilian agents involved in the direction of the CBAI and how they facilitated the dissemination of Anglo-American ideas in Brazil through the CBAI.

KEYWORDS: CBAI, Agents, Industrial education.

1 | INTRODUÇÃO

Quando o Brasil iniciou seu processo de aceleração industrial, vários países já haviam se industrializado e alcançado grande desenvolvimento quanto à formação de trabalhadores. Apesar de ações pontuais para a sistematização do ensino industrial, já na primeira república com a criação das escolas de aprendizes e artífices em 1909, o Brasil ainda tinha um longo caminho a percorrer para atender ao problema iminente de formação de trabalhadores para as indústrias que se expandiam.

Na década de 40 os problemas relacionados à formação de mãos e cabeças de obra¹ tornavam-se evidentes, o que exigia uma atuação rápida para atender à demanda do mercado. Nesse cenário de industrialização eram imprescindíveis a constituição e o aumento de instituições especializadas no ensino industrial. Essa necessidade se tornou mais evidente no período da segunda guerra mundial, o que é destacado a partir de 1942 com a expansão acelerada do ensino industrial brasileiro tendo em vista a conjuntura internacional e o crescimento econômico. As dificuldades de importação de produtos industrializados no período de guerra geraram demandas para a exportação de produtos industriais básicos como minério, ferro, aço e outros. Os países envolvidos diretamente na guerra direcionavam sua força industrial para atender as demandas da guerra e o Brasil sentia a forte necessidade de acelerar sua produção. Ainda em 1942 os Estados Unidos da América (EUA) entram na guerra. Em 1943 o Brasil declara apoio aos aliados, o que oportunizou uma proximidade entre EUA e Brasil, com impacto no crescimento industrial brasileiro. Esta aproximação traz como resultado um acordo entre os dois países que seria firmado em 1946 e denominado Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).

Para um país que estava em pleno crescimento industrial, a busca por soluções para o desenvolvimento da indústria e capacitação de trabalhadores por meio do suporte de países estrangeiros, que já estavam com seu processo industrial consolidado, iria servir como sustentação para a execução das ações no Brasil. Por isso este acordo foi tão viável, pois a CBAI cumpria este papel. Entretanto, instituir e disseminar ideias, depende

1. Técnicos que exerceriam seus trabalhos com perfeição, que entendiam seu trabalho e como ele impacta no processo com um todo.

de pessoas, que aqui estão sendo denominadas como agentes. Conforme Pedrosa e Santos (2014), considera-se agentes os indivíduos cuja ação contém um sentido, uma racionalidade. Neste caso, no que se concerne ao ensino industrial, a participação de pessoas, que empregariam suas trajetórias de formação, suas redes de sociabilidade e suas competências técnicas, somada às experiências educativas para tornar realidade esta tarefa, seria essencial. Desta forma, este artigo está considerando como agentes que atuaram diretamente na disseminação das ideias americanas para o ensino industrial em território brasileiro os superintendentes da CBAI que representavam o Brasil nesta missão.

E assim, os dirigentes brasileiros da CBAI, durante a sua existência, representam o cerne da abordagem deste artigo. No decorrer do texto buscar-se-á responder à seguinte questão: quem foram os agentes brasileiros que atuaram no ensino industrial no período de existência da CBAI e que papel desempenharam de modo a atingir os objetivos propostos para este órgão no período de 1946 a 1963?

2 | CENÁRIO NACIONAL E ORIGEM DA CBAI

O crescimento econômico, industrial e urbano por qual passava o Brasil na década de 1940 exigiu a formação de uma nova cultura empresarial e de um novo tipo de trabalhador: qualificado, apto à gerência e ao controle dos tempos e movimentos. Como isso, em 1942, Getúlio Vargas baixou o decreto-lei que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – SENAI² e a rede de Escolas Técnicas Federais³. Para atender aos apelos dos empresários industriais, foi delegado a eles o SENAI, ficando vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) as escolas técnicas federais. Começam-se, com isso, significativas transformações na direção da instrução profissional no Brasil.

Se antes o ensino de atividades manuais/industrial era destinado aos desvalidos, órfãos e delinquentes, como forma de combate à vadiagem, agora, em virtude do acentuado crescimento econômico nacional encabeçado pela indústria, este passa a ser destinado para suportar esta eclosão industrial tendo aporte de significativos recursos orçamentários.

Segundo Cunha (2005), nesta ocasião, ao mesmo tempo em que o SENAI se expandia e conquistava o domínio no campo do ensino profissional, o Ministério da Educação também buscava o reforço do ensino escolar. Porém, sendo o país pouco experiente com o ensino industrial em larga escala, a busca por referências internacionais foi a solução encontrada pelo Ministério da Educação e Saúde, que, para este fim, contou com a assistência técnica anglo-americana.

De acordo com Fonseca (1961), num contexto em que o mundo se encontrava em guerra, um fato peculiar ocorria entre países da América Latina, que buscavam se

2. Decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942 que pelos seus artigos criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários o qual seria dirigido pela Confederação Nacional da Indústria. A autorização para criar o SENAI é um dos resultados trabalhos da Comissão Interministerial ocorrida em 1939 (CUNHA, 1943, apud Fontes, 1985, p.26-7).

3. Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 que criou a rede de Escolas Técnicas Federais.

aproximar com o intuito de conhecerem como se formatava o sistema público de ensino em cada país. Esta aproximação se devia também, em especial, pelo fato dos EUA, país que se consolidava como potência, demonstrar sua atenção para a América Latina, com o intuito de disseminar nestes países sua presença econômica. Para o Brasil, a aproximação com os EUA resultou em investimentos, seja com a instalação de indústrias americanas, seja pelo envio de técnicas e técnicos capacitados.

Tendo em vista o sentido comum entre os países da América Latina em busca por conformidade por meio da educação, os países que faziam parte da União Pan-Americana se reuniram em Havana no período de 25 de setembro a 04 de outubro de 1943, para a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação dos países americanos, ocasião em que o Brasil enviou seus representantes⁴. No que diz respeito ao ensino industrial foi destacado que cada país deveria tomar ações que melhorassem o nível educacional, bem como, propiciassem o fácil acesso à educação. Como resultados deste evento surgiram diversas resoluções, recomendações, acordos e convenções⁵.

Segundo Fonseca (1961), este evento teve notável influência na procura, por parte do governo brasileiro, de suporte técnico estrangeiro para o ensino industrial. Neste período já iniciava a influência de técnicas e de técnicos anglo-americanos na consolidação do ensino industrial, como explicado por Falcão e Cunha (2009):

[...] depois da tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/42, o Ministério da Educação voltou-se para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo do ensino, estratégico para a política industrialista do Estado Novo.

E é neste cenário que a ideia de um acordo entre Brasil e EUA começava a ser concebido. De acordo com Cunha (2005):

[...] após a conferência, o ministro Gustavo Capanema iniciou gestões com a Inter-American Foundation, órgão vinculado ao governo dos EUA, para a formalização da assistência técnica pretendida, que resultou num convênio firmado entre o MEC e essa instituição, em 1946.

Assim surgiu a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), um programa de cooperação educacional firmado entre Brasil e EUA que teve importante intervenção no ensino industrial brasileiro. A CBAI cumpria o papel de promover uma maior aproximação entre os dois países, mediante intercâmbio de professores do ensino industrial, aprimoramento técnico pedagógico dos professores e da possibilidade de circulação de práticas e ideias anglo-americanas que contribuíssem para suportar a educação industrial no Brasil.

4. Conforme Fonseca (1961), na ocasião, o Brasil foi representado por Gustavo Capanema - Ministro da Educação, pelo Prof. Lourenço Filho - Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, pelo Paulo Germano Hasslocker - Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil no Panamá e pelo Prof. Francisco Clementino San Thiago Dantas.

5. De acordo com informações disponíveis em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=26128&co_midia=2>. Acesso em: 05 dez. 2017.

A CBAI passou então, a ser o órgão executivo de um acordo firmado em 3 de janeiro de 1946 entre o MESP⁶ e a Education Division - The Institute of Inter-American Affairs⁷ (órgão filiado ao governo dos EUA), com relação a educação industrial, entrando em vigor em 3 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 9.724 (FONSECA, 1961). A CBAI seria dirigida por um superintendente brasileiro e um representante dos EUA. O representante brasileiro seria, impreterivelmente, o Diretor do Ensino Industrial do MESP.

A CBAI surge como uma possibilidade para resolver o problema em relação à capacitação de professores, bem como a preparação e aplicação de métodos de aprendizagem e de orientação educacional. De acordo com Fonseca (1961, p. 565), a CBAI iniciou suas atividades por um programa de ação que continha doze pontos:

- 1) Desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores;
- 2) Estudo e revisão do programa de ensino industrial;
- 3) Preparo e aquisição de material didático;
- 4) Ampliação dos serviços de bibliotecas; verificar a literatura técnica existente em espanhol e português; examinar a literatura técnica existente em inglês e providenciar sobre a aquisição e tradução das obras que interessarem ao ensino industrial;
- 5) Determinar as necessidades do ensino industrial;
- 6) Aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficinas;
- 7) Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes;
- 8) Aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão dos serviços centrais de administração escolar;
- 9) Aperfeiçoamento dos métodos de administração e supervisão das escolas;
- 10) 'Estudo dos critérios de registros de administradores e professores;
- 11) Seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial;

6. Através do Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, representando o Brasil.

7. Sr. Kenneth Holland, Presidente da Inter-American Educational Foundation, Inc., corporação subordinada ao Office of Inter-American Affairs, órgão do governo dos Estados Unidos, representando os EUA.

12) Estudo das possibilidades do entrosamento das atividades de outros órgãos de educação industrial que não sejam administrados pelo Ministério da Educação, bem como a possibilidade de estabelecer outros programas de treinamento, tais como ensino para adultos, etc.

Para concretizar as ações propostas pelo programa, de acordo com Fonseca (1961, p. 564),

[...] a Foundation forneceria um pequeno corpo de especialistas, que viriam colaborar com as autoridades brasileiras no estudo e pesquisas das necessidades do ensino industrial, assim como na melhor maneira de se fazer a concessão de meios que permitissem a administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos Estados Unidos com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar ideias com seus colegas americanos, e ainda quanto à forma de realizar o treinamento de professores, a aquisição de equipamento, preparação de material didático e de recursos auxiliares para o ensino, bem como a prestação de serviços para as bibliotecas das escolas.

No que se refere à instalação física, primeiramente a sede da CBAI encontrava-se no Rio de Janeiro onde permaneceu por onze anos. No começo de 1957, com o ensejo de que a atuação da CBAI fosse mais próxima às escolas, houve o desmembramento dos serviços e, então, a sua organização foi dividida em três cidades: no Rio de Janeiro permaneceu o escritório central (coordenação administrativa); em São Paulo, o escritório de difusão do *Training Within Industry – TWF*⁸; e, em Curitiba, o Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, que passou a manter cursos anuais destinados ao aperfeiçoamento de instrutores oriundos de todos os estados do Brasil (FONSECA, 1961).

A CBAI buscava promover a divulgação de suas atividades por intermédio de Boletins que eram editados mensalmente com o intuito de difundir ideias, publicar artigos e circular informações específicas para professores e diretores de estabelecimentos de Ensino Industrial. Além de receber mensalmente os boletins, todos os diretores, professores e técnicos do Ensino Industrial no Brasil podiam submeter artigos para publicação. Os boletins da CBAI também eram uma forma de divulgação de ideias anglo-americanas e de criar um clima favorável à presença dos especialistas e técnicos dos Estados Unidos no Brasil.

Com forte atuação no aperfeiçoamento dos professores, a CBAI contou, durante a sua vigência, com altos investimentos financeiros disponibilizados para a realização deste objetivo. As leituras dos boletins da CBAI demonstram que 50% dos recursos destinados à CBAI eram investidos na formação dos professores (previsto na LOEI⁹), com curso de aperfeiçoamento nos EUA e em vários centros distribuídos em território brasileiro. Além disso, a CBAI se ocupava de promover treinamento e aperfeiçoamento para os diretores dos estabelecimentos da rede federal no State College - Universidade de Pensilvânia, além de visitas a uma série de escolas vocacionais e industriais nos EUA, e estágios nestas escolas (CBAI, 1948).

8. Treinamento dentro da indústria.

9. LOEI – Lei Orgânica do Ensino Industrial.

A CBAI foi importante para o ensino industrial. Por meio desta comissão foram realizados investimentos em melhorias nos edifícios e equipamentos para *upgrade* do ensino. A menção quanto a investimento em educação, em especial no ensino industrial é percebida em diversos Boletins da CBAI. O discurso do presidente Getúlio Vargas, em sua mensagem ao Congresso Nacional de 1952 declara a relevância da CBAI para o ensino industrial, conforme abordado por Amorim (2004, p.203):

Prestimosa colaboração vem sendo prestada pela Comissão ao Ministério da Educação e Saúde, mediante a promoção de viagens, aos Estados Unidos, de professores e técnicos e o fornecimento de instalações e equipamentos importados daquele país (BRASIL. MEC. INEP, 1987, p. 219. V.1)

Para Cunha (2005, p. 10) “No concernente à pedagogia do ensino industrial, a CBAI destacou-se pela introdução do método Training Within Industry (TWI) [...] tendo o SENAI como um eficiente vetor”.

Atentos às exigências da realidade brasileira os agentes do Ensino Industrial, em especial, aqueles que atuaram diretamente na direção da CBAI pleiteavam o encaminhamento de reformas do ensino que consistiam na educação para o trabalho das novas gerações, mobilizando os trabalhadores como os eficientes construtores da economia e da cultura e como cidadãos úteis à nação.

3 | CBAI E SEUS DIRIGENTES

A direção da CBAI sofreu várias alterações no decorrer de sua vigência, sendo que, tanto os representantes anglo-americanos, quanto os representantes brasileiros não permaneciam muito tempo em sua direção. Como o superintendente da CBAI seria o próprio Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e este era um cargo de confiança do Governo Federal, a mudança de liderança ficava a cargo de cada presidente.

Como ficou determinado que o superintendente da CBAI seria o Diretor do Ensino Industrial, assume primeiramente sua superintendência, representando o Brasil, Francisco Belmonte Montojos. Por parte dos EUA haveria um representante da Inter-American Educational Foundation, Inc. que teve como primeiro indicado John B. Griffing.

Conforme consta nos boletins da CBAI e exposto por Fonseca (1961), no período de 1946 a 1963 vários representantes anglo-americanos atuaram na CBAI, iniciando por John B. Griffing, que deixou o cargo em fevereiro de 1947 para assumir uma posição na American International Association. Tomava posse em seu lugar, interinamente, até novembro do mesmo ano, George S. Sanders. Em dezembro de 1947 Lloyd A. Lezotte passava a ocupar a posição, a qual se manteve até julho de 1948. Nesta ocasião, retornava ao cargo George S. Sanders que permaneceu até 30 de março de 1949, quando foi transferido para o Paraguai. Na sequência, Edward W. Sheridam, que já vinha exercendo suas atividades na Comissão, passou a ocupar interinamente este posto. Pouco tempo depois Edward

W. Sheridam foi efetivado no cargo, no qual permaneceu até março de 1953, quando foi substituído, também em caráter interino, por Eldrige R. Plowden. Edward W. Sheridam retorna ao cargo substituindo Eldrige R. Plowden no ano seguinte. Em seguida, ocupou o cargo Paul C. Packer, de fevereiro de 1956 a fevereiro de 1957, Thomas A. Hart de fevereiro de 1957 a junho de 1959 e Arthur F. Byrnes a partir de julho de 1959.

Vários também foram os representantes por parte do Brasil no comando da CBAI. Dentre os diretores brasileiros vale destacar Francisco Belmonte Montojos, que foi o primeiro a ocupar a superintendência da CBAI, o representante que permaneceu por mais tempo, tanto na direção do ensino industrial como na superintendência da CBAI, e também o único a atuar por dois períodos neste órgão.

Montojos era um engenheiro que ingressou no Governo Federal em 1927 e estava como Diretor do Ensino Industrial desde 1937. Atuou como superintendente da CBAI por 9 anos de um total de 16 anos da existência deste acordo. Sua atuação foi dividida em dois períodos, de janeiro de 1946 a junho de 1949 e de dezembro de 1955 a fevereiro de 1961, o que concedeu a ele a maior permanência no cargo.

Montojos teve sua atuação marcada por ações que promoviam a transferência de conhecimento entre diretores do Ensino Industrial, aperfeiçoamento de diretores e professores, visitas às diversas escolas espalhadas pelo país e envio de diretores, professores e técnicos brasileiros para os EUA.

Conforme boletim da CBAI de janeiro de 1947, Montojos deu início a efetivação dos objetivos propostos para a CBAI com um curso de aperfeiçoamento dos diretores das escolas de ensino industrial realizada em uma reunião com todos os diretores de estabelecimentos de ensino industrial. Este momento foi propício para conhecer a situação das diferentes escolas do país e ter subsídios para analisar e rever os processos e normas de administração e direção escolar. Desta reunião já saiu o planejamento para a realização da II Reunião de Diretores do ensino industrial, que ocorreu no auditório do MESP ainda em 1947. Esta segunda reunião tinha um caráter essencialmente prático: “[...] nessas reuniões sejam os diretores levados a pensar, a analisar dados e soluções, e levantar problemas, a refazer pontos de vista a obter informações sobre novas formas de trabalho, a confrontar resultados a rebater críticas, a dissipar dúvidas” (MONTOJOS, 1949, p. 56).

Montojos organizou, em sua gestão, vários intercâmbios com os EUA, iniciando em 1947 quando 10 diretores de escolas técnicas e industriais, da rede federal, puderam viajar aos EUA a fim de realizarem um curso de especialização no State College, na Pensilvânia. Um segundo grupo, que não havia integrado a primeira turma, com todos os diretores de escolas industriais ou técnicas da rede federal, embarcava para os EUA em 1948, com o mesmo propósito.

As atividades de aperfeiçoamento de professores promovidos pela CBAI não se limitava às viagens aos EUA. Em 1948, a CBAI promoveu cursos em São Paulo, Rio de Janeiro e em Recife e organizou cursos de férias para professores, a título experimental, o

que foi posto em práticas nos anos seguintes em outras cidades do país. Outro destaque para este período foi a promoção de curso pedagógico e estágios nas indústrias (CBAI, 1948).

Em 1949 Montojos deixa a superintendência da CBAI e a direção do Ensino Industrial.

Em julho de 1949 assume como superintendente da CBAI Ítalo Bologna. Bologna era engenheiro, e chefiava a Divisão de Transportes do SENAI. Antes disso havia ocupado a direção do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, cargo em que, de acordo com Fonseca (1961, p. 291) “[...] pudera projetar seu nome por todo o país, ficando conhecido como um dos especialistas mais capazes do Brasil”.

Bologna inicia suas atividades na CBAI em um momento em que as mesmas estavam muito reduzidas, pois o acordo de prorrogação, elaborado para o período de 1º de julho de 1949 a 30 de junho de 1950, só pôde entrar em execução, efetivamente, nos últimos dias de dezembro de 1949 (CBAI, 1949). Bologna teve sua gestão marcada pela continuidade das ações implementadas na gestão anterior. Manteve o programa de aperfeiçoamento de professores e a realização dos cursos de férias, promoveu treinamento de professores, orientadores educacionais e técnicos da CBAI nos EUA com duração de um ano e incluindo uma fase preliminar de quatro meses no Rio de Janeiro. Estes professores e orientadores receberiam orientações relativamente ao ensino industrial dos EUA com o propósito de difundir-las no Brasil. Bologna iniciou a instalação em caráter experimental de serviços de orientação educacional em algumas escolas da rede federal. Além disso, promoveu estudos para aquisição de equipamentos da mesma origem para as escolas e realização de obras para os cursos superiores de Radiotécnica e Engenharia Elétrica.

Em janeiro de 1951 Bologna deixa a superintendência da CBAI, com sua exoneração do cargo de Diretor do Ensino Industrial. Sua atuação, apesar de ter ocorrido em um curto período de tempo, foi destacada pelo seu modo de lidar com as pessoas, conforme exposto em Boletim da CBAI de janeiro de 1951:

Em pouco mais de um ano, soube ele impor-se ao respeito e admiração de seus companheiros e subordinados de trabalho, pela lhanza de trato e sinceridade de propósitos. Homem habituado ao trabalho, a tecnicamente realizar, procurou fazer o melhor.

Bologna retorna ao SENAI dedicando novamente aos trabalhos técnicos.

Em março de 1951 assume a direção do Ensino Industrial e a superintendência da CBAI o professor Solon Nelson de Sousa Guimarães. Solon Guimarães era engenheiro civil e bacharel em Direito, tendo concluído as duas formações na Bahia, sua terra natal, formando-se, respectivamente, em 1926 e 1939. Na Bahia atuava como professor de matemática do Instituto Normal, do qual foi vice-diretor em 1937 e 1938 e diretor, de 1942 a 1944. Atuou como diretor do Departamento de Educação em 1946, foi diretor da Escola Eletro-Mecânica, a qual foi um dos fundadores. Coube a ele, ainda, a instalação da Delegacia Estadual de Educação de Adultos, em Salvador, a qual foi o primeiro dirigente.

Em 1947 foi o representante da Bahia no Primeiro Congresso de Educação de Adultos no Rio, ao iniciar-se a Campanha de Alfabetização de Adultos, em 1947 (CBAI, 1951).

O professor Solon Guimarães fez parte do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia, do qual foi secretário, exerceu a advocacia e era inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia. Também exerceu por muitos anos a sua profissão inicial de engenheiro. Conforme Fonseca (1961), “assumia, pois, o cargo com credenciais suficientes”.

Solon Guimaraes exerceu sua gestão de maneira mais pedagógica, o que favoreceu a manutenção dos programas já estabelecidos, como o aperfeiçoamento de professores, o curso de educação vocacional, a realização dos cursos de férias, orientadores educacionais e envio de técnicos da CBAI aos EUA. Escrevia com frequência os editoriais dos boletins da CBAI em sua vigência. Pode-se ressaltar que alguns temas nos boletins mereciam grandes destaques em sua vigência, como exemplo “mercado consumidor e consumo de energia”, que ocupavam quase todas as páginas dos boletins. Em sua atuação reuniu novamente, no Rio de Janeiro, os diretores das escolas federais, a fim de debater assuntos administrativos, escolares e técnicos, ao mesmo tempo em que implementou um amplo programa de tradução de obras técnicas. No que tange à pedagogia, foi em sua gestão que ocorreu a introdução do método *Training Within Industry (TWI)*, que foi implantado em todo o país. Conforme Cunha (2005), este método foi criado durante a Segunda Guerra Mundial nos EUA para o treinamento rápido dos trabalhadores para a Indústria Bélica.

Em julho de 1953 Solon Guimaraes exonerava-se no cargo, sendo substituído, a 18 do mesmo mês, por Flávio Penteado Sampaio.

Flávio Sampaio é procedente da Escola Técnica Getúlio Vargas, da rede estadual paulista, e professor da Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, na capital de São Paulo. Foi chefe do Serviço Técnico de Produtividade da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, de São Paulo, e, também, Secretário Geral da Comissão de mão-de-obra, daquela mesma Secretaria.

Em sua administração procura resgatar as suas atividades já realizadas pela CBAI e iniciar outras. Encetou a preparação de material didático: livros, folhetos, súmulas de aulas e cursos e o aperfeiçoamento, por meio de cursos e seminários, dos docentes das escolas de ensino industrial. Instalou, em diversas escolas, o serviço de orientação educacional e profissional e inaugurou o ciclo de debates e estudos sobre Educação Industrial. Deu ênfase de maneira mais intensa e ampla, aos cursos TWI em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Um dos fatos mais marcantes de sua atuação foi a realização da I e da II “Mesa Redonda de Educação Industrial” que grandes impactos trouxe ao ensino industrial. Paulo Sampaio deu à CBAI um caráter majoritariamente empresarial.

Em 17 de agosto de 1955 Flávio Penteado Sampaio solicita exoneração do cargo em comissão e da Diretoria do Ensino Industrial para dirigir, em São Paulo, a Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. Na ocasião, passou a responder

pela superintendência da CBAI e Diretoria do Ensino Industrial, Carlos Pasquale, Diretor Geral do Departamento Nacional da Educação, que nesta posição por apenas seis meses (CBAI, 1955).

Em 15 de dezembro de 1955 retorna a Diretoria do Ensino Indústria e Superintendência da CBAI Francisco Be1monte de Montojos ocupando o cargo até 20 de fevereiro de 1961, quando foi substituído por Armando Hildebrand.

De acordo com Fonseca (1961), Armando Hildebrand foi diretor do ensino secundário do Ministério da Educação, e possuía profundo conhecimento acerca dos problemas do ensino industrial, por qual militara durante muitos anos. Ocupou o quadro da diretoria, desde a década de 40. Em 1959, foi diretor da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB).

Hildebrand havia sido assistente do superintendente da CBAI e em 1950 viajou aos EUA com a missão de coordenar um grupo de professores e orientadores do ensino industrial, e técnicos da CBAI. Ficou nos EUA por um ano com o intuito de se apropriar das metodologias e ideias americanas e replicá-las no Brasil, o que foi possível enquanto assistente e depois como Diretor do Ensino Industrial e superintendente da CBAI (CBAI, 1950).

Todas as ações executadas na vigência do mandado dos agentes que dirigiam a CBAI influenciaram significativamente no ensino industrial brasileiro.

A CBAI foi extinta em 1963¹⁰. Em 31 de dezembro de 1963, os encargos dessa Comissão foram assumidos pelo Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial, criado pelo Decreto nº 50.809, de 17 de junho de 1961, o qual passou a denominar-se Grupo Executivo do Ensino Industrial (GEEI).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido por este artigo buscou responder e explicitar quem foram os agentes brasileiros que atuaram na direção da comissão oriunda do acordo firmado entre Brasil e EUA - CBAI e o que eles representaram para o país enquanto cumpriam este papel de relevância importância. Buscou-se apresentar a trajetória destes dirigentes da CBAI e suas principais colaborações em especial na disseminação de ideias anglo-americanas no Brasil por meio da CBAI.

As informações apresentadas evidenciaram que a atuação de cada dirigente estava diretamente relacionada a sua trajetória de vida e experiência profissional.

Durante toda a vigência da CBAI se percebe latente a inspiração do modelo anglo-americano de ensino industrial, o que se destacava nos boletins da CBAI. A presença do anglo-americanismo no ensino industrial brasileiro se concretizou em virtude da segunda

10. Conforme o Decreto nº 53.041, de 28 de novembro de 1963 que cita em seu art. 1º que ficava expirado a vigência do Acordo que instituiu a comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e dos respectivos Termos Aditivos.

guerra mundial, quando o Brasil se declara aliado dos EUA. Como efeito deste apoio, o Brasil consegue apoio financeiro, técnico e educacional.

Assim, no período de 1946 a 1963 os dirigentes da CBAI colaboraram significativamente com o crescimento do ensino industrial, com o fortalecimento das escolas técnicas federais e com a disseminação das ideias americanas no ensino.

O trabalho apresentado traz uma contribuição à história da educação profissional e, sobretudo do ensino industrial brasileiro, bem como, dos agentes que atuaram na CBAI, tendo em vista que este acordo contribuiu de maneira significativa para a organização e o funcionamento do ensino industrial e, com referências práticas, para a solução do problema brasileiro relativos ao ensino industrial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. L. **Da escola técnica de Curitiba à escola técnica federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942–1963)**. 2004. 387 f. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942**: Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília, DF, [1942]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Brasília, DF, [1942]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 53.041, de 28 de novembro de 1963**: Atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial os serviços técnicos que vem sendo realizados, pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e dá outras providências. Brasília, DF, [1963]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53041-28-novembro-1963-393136-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. MEC-INEP. **Conferências Interamericanas de Educação**. Brasília, DF, 1943-1963. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=26128&co_midia=2. Acesso em: 05 dez. 2017.

COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL - CBAI, **Boletim da CBAI**. Rio de Janeiro: CBAI, 1948-1957. Mensal.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. Brasília: UNESP, 2005.

FALCÃO, L. Q.; CUNHA, L. A. Ideologia, Política e Educação: A CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, RCE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14428-pceb039-04&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 junho 2017.

FONSECA, C. S. D. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, v. 1 e 2, 1961.

MONTOJOS, F. **Ensino Industrial**. Rio de Janeiro: MES / CBAI, v. 5, 1949.

PEDROSA, J. G.; SANTOS, O. G. D. Agentes do ensino industrial no Brasil (1920–30–40) e suas referências internacionais: europeísmo e americanismo, **Cadernos de História da Educação** – UFU, v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Emancipatória 90, 91, 93

Agentes 24, 34, 36, 56, 58, 62, 66, 67, 68

Alfabetização “Não-Escolar” 1, 4, 15

Aprendizagem 12, 13, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 53, 58, 60, 67, 85, 91, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 139, 140

B

Burocracia de Médio Escalão 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 54, 55

C

Carreira Militar 116, 120, 121

CBAI 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Compartilhamento 69, 71, 73, 74, 76, 96, 99

Conhecimento 5, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 20, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 93, 97, 103, 118, 122, 135, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 160, 161, 177, 181, 186, 189, 191, 200

Coordenação 18, 19, 21, 30, 31, 41, 42, 61, 72, 73, 82, 133

D

Desenvolvimento 4, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 39, 40, 48, 50, 52, 57, 60, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 84, 86, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 103, 115, 120, 129, 136, 137, 139, 142, 145, 147, 153, 156, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 175, 179

E

Economia 4.0 77, 78, 85, 86, 87

Educação 1, 2, 5, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 42, 45, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 90, 92, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 114, 149, 158, 176, 191, 192, 215

Educação Física Escolar 101

Educação Infantil 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Educação Profissional 42, 52, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Educação Sexual 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 157

Empoderamento 84, 120, 166, 167, 168, 172, 175

Ensino Industrial 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Epistemologia Qualitativa 90, 93

F

Forças Armadas 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130

G

Gênero 3, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 176, 215

Gerações 62, 131, 132, 133, 136, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 164, 195

Gerentes 55, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Gilbert Durand 184, 185, 189, 190, 191

H

Homossexualidade 104, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 171, 173

I

Iconoclastia 184, 185, 186, 189, 190, 191

Identidade Profissional 131, 132, 134, 135, 140, 141, 145

IFES 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53

Igualdade de Gênero 116, 125

Imaginário 184, 185, 188, 189, 190, 191

Implementação 14, 25, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 69, 147, 155

L

Lutas Identitárias 159

M

Migrantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Modernidade 16, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 160, 163, 189, 190, 193, 195, 198, 203

Mulheres 3, 5, 20, 22, 91, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 205, 208, 211

N

Narrativas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 55, 189

O

Organização 1, 4, 5, 8, 12, 19, 22, 24, 25, 26, 29, 32, 39, 46, 60, 61, 67, 69, 71, 72, 73, 74,

75, 79, 88, 122, 130, 133, 134, 135, 139, 142, 143, 144, 145, 171, 173, 174, 179

P

Política Pública 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 54, 156

R

Raízes Pré-Históricas 159

Reconhecimento 8, 14, 21, 38, 98, 103, 113, 122, 150, 153, 154, 159, 165, 176, 183

Relação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 24, 29, 35, 37, 46, 51, 60, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 118, 119, 138, 140, 142, 143, 145, 154, 155, 157, 159, 162, 166, 167, 168, 172, 175, 178, 179, 180, 189, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 201, 202, 212, 213

Religião 134, 151, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 184, 185, 186, 190, 191, 198, 200, 201, 202, 204

S

Saúde 11, 21, 28, 54, 55, 58, 62, 100, 102, 113, 122, 125, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 175, 179, 207, 208

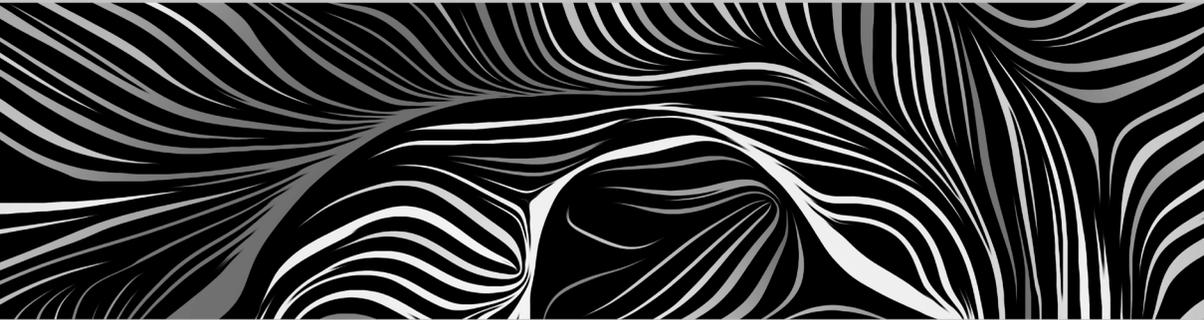
Sexualidade 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 113, 114, 115, 119, 121, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 173, 174, 181

T

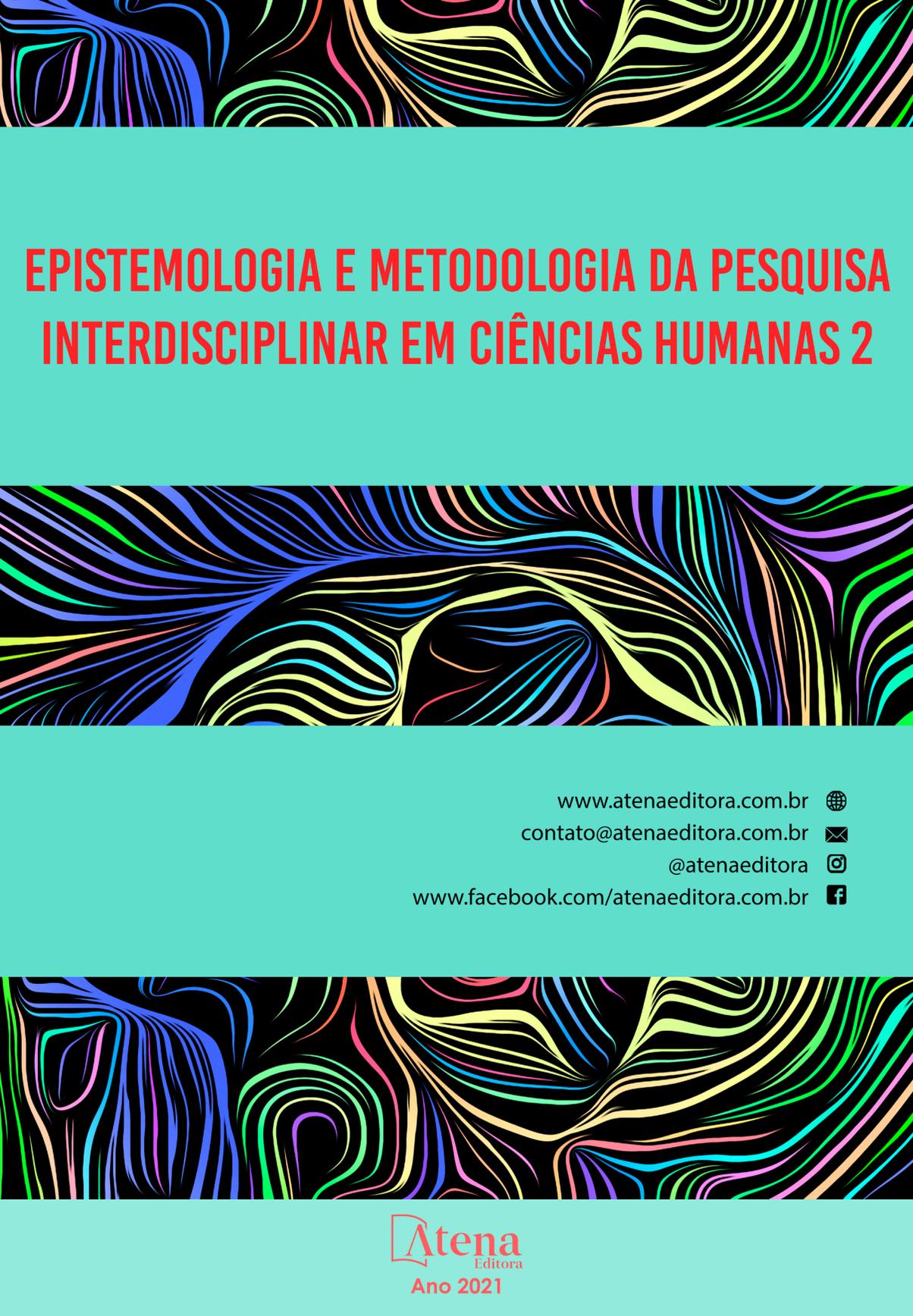
Tecnologia 45, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 137, 147, 150



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2



www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 